

MEMÓRIA DA 21ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC

Data: 10 de novembro de 2016. Início: 9h05min; Fim: 16h55min

Local: Acampamento Batista Pastor Boyd O'Neal. Rua do Norte, 255, Paripueira/AL. CEP 57935-000.

Relatoria: Fabiano Pimentel Ribeiro (Cepene/ICMBio - Conselheiro Suplente)

Abertura da Reunião: às 9:05 do dia 10 de novembro de 2016, o Presidente do Conselho Iran Normande dá boas-vindas aos participantes da reunião, e passa a palavra para a Secretária do Conselho, Ana Paula, que realiza leitura da memória da 20ª Reunião do Conapacc. Após a leitura da memória, a plenária não indicou correções ou sugestões na mesma, apenas o Conselheiro Bruno Stefanis lembrou que havia enviado destaques à memória, anteriormente, por correspondência eletrônica, nas linhas 60 e 70 do referido documento. A memória foi aprovada pela plenária, sem mais alterações. O Conselheiro José Ulisses fala da necessidade de o Conapacc definir um formato padrão para os relatórios de reunião do colegiado. A Conselheira Carolina Neves menciona a variação do formato dos relatórios das reuniões do Conapacc. O Conselheiro José Ulisses coloca a questão, do formato do relatório, à plenária que decide manter o formato da 20ª reunião desse colegiado. Dando prosseguimento a reunião, a Secretária Ana Paula leu pauta da 21ª reunião, a qual: Informes gerais (Buggys de Maragogi, Expedição de peixes-boi nativos em Paripueira, Oficina de planejamento do Projeto Terramar, o que ocorrer); Aprovação de ajustes na composição do Conselho; Apresentação do Projeto "Conhecendo a pesca artesanal (Fabiano, Cepene); Moção de apoio ao Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) dos pescadores (Severino, CPP); Apresentação e debate sobre os resultado das oficinas do I Seminário de Pesquisa da Apa Costa dos Corais (Pedro, UFPE/Vitória); Solicitação de abertura do Processo de Ordenamento da Visitação nas piscinas naturais da Zona do Peixe-boi (Carolina, Yandê); Discussão sobre Portaria de Uso Público de Japaratinga (Iran, APACC); Apresentação e discussão sobre o Planejamento Estratégico 2016-2020 da APACC (Iran, APACC); Aprovação do Plano de Ação 2017 do Conapacc (Ulisses, APACC). O Conselheiro Severino Antônio mencionou a não inclusão da discussão da Zona de Visitação de Maragogi na pauta. O Presidente falou que decidiu-se retirar essa discussão da pauta devido ao pouco avanço dessa questão na unidade. O Conselheiro José Ulisses informar que todas as apresentações a serem realizadas na presente reunião estarão disponíveis no site da APACC (<http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais>). Sem mais questionamentos, a plenária aprovou a pauta proposta.

Informe Buggys de Maragori: O Presidente informou que a não celebração do termo de ajuste de conduta (TAC) entre a APACC e os bugueiros de Maragogi gerou operações de fiscalização que geraram dezesseis autuações por esses veículos estarem circulando em mata de restinga, área de preservação permanente. Essa intervenção gerou uma multa de vinte e oito mil reais (R\$ 28.000,00) para a Associação de Bugueiros de Maragogi. A referida associação reuniu-se com o IMA e ICMBio para discussão da questão. O ICMBio manteve posição a respeito da não celebração do TAC. Essa decisão gerou protesto por parte dos bugueiros que fecharam a Rodovia. A polícia militar interveio para desbloqueio, e articulou outra reunião com IMA e

ICMBio. Com essa última reunião os bugueiros conseguiram um TAC para negociação da multa e uma rota provisória que não passe pela praia nem pela restinga com a devida sinalização. De acordo com informações de vários conselheiros não está mais ocorrendo tráfego de buggys na praia nem na restinga. Entretanto o Presidente lembra que apesar da parada dessa circulação de buggys em áreas proibidas existem vários desdobramentos para regulação de uma rota alternativa. O Conselheiro Luis Claudio falou que apesar de não ter visto tráfegos de bugueiros na praia quadricículos e motos trafegam dia e noite pela praia de Peroba e Ponta do Mangue. As motos tentam evitar a fiscalização rodoviária e por isso trafegam pela praia, acrescenta o conselheiro. O Conselheiro Nogueira fala da presença de carros particulares na praia do Boqueirão, em Japaratinga, e indica operações de fiscalização na área. Também informa sobre motoqueiros irregulares que evitam do posto fiscal rodoviária. O Presidente fala que se tem que solucionar os problemas por etapas, e que o próximo passo será fiscalizar os carros particulares.

Informe Expedição de peixes-boi nativos em Paripueira: A Conselheira Fernanda Attademo, informa que a expedição de captura do peixe boi, de 23 de outubro a 9 de novembro, capturou 6 animais, maior parte de filhotes, confirmando a área como importante para reprodução da espécie. A Conselheira informou que quarenta pesquisadores, com diversas parcerias, executam o projeto para análise de bactérias, fungo e parasitas nos animais. O Presidente salienta o apoio da SOS Mata Atlântica, Fundação O Boticário, do Instituto Biota e da Fundação Mamífero Aquáticos para o Projeto Peixe-Boi.

Informes espontâneos: A Conselheira Flávia Rego informa que em outubro e novembro foram realizadas capacitações, pelo projeto comunitário, em Paripueira e Camargibe envolvendo cerca de cem pessoas, onde foram repassados os protocolos de ocorrência do peixe-boi e informações sobre a Apacc. As próximas capacitações serão em Maragogi e Maceió. A conselheira também citou que as colônias de pescadores têm se envolvido e contribuído com o processo.

Informe Oficina de planejamento do Projeto Terramar. O Presidente falou da oficina do Projeto Terramar, parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o GIZ, que será realizada nos dias 23 e 24 de novembro, no Cepene, Tamandaré, Pernambuco, onde será discutido o ordenamento territorial da unidade. Destacou que a participação dos conselheiros é muito importante. O conselheiro Bruno Stefanis solicitou informações sobre logística do evento. O Presidente informou que todas as informações estão no convite.

Informes espontâneos: O Conselheiro Joab expressou seu agradecimento junto ao ICMBio pelo apoio para a aprovação de proposta de mestrado profissional em tecnologias ambientais, e informou que em agosto de 2017 as atividades do mestrado profissional serão iniciadas. O Presidente falou da importância do mestrado para a região e parabeniza a todos os envolvidos no processo. A Convidada Dani, da Abevilla, informa que atua na coordenação de projetos, há 26 anos, envolvendo pessoas carentes com artesanato, meio ambiente, coleta seletiva, etc. Se coloca a disposição para formar parcerias. O Convidado Renato, advogado da Associação de Mergulho de Maragogi, informa sobre proposta para discutir modificação no Plano de Manejo da Apacc para Maragogi, no que se refere ao sistema de rodízio das empresas de mergulho, que obriga as operadoras a fazerem transportes, de funcionários e equipamentos,

Flávia

inadequados, podendo acarretar problemas na esfera trabalhista. O Convidado sugere regulação da fiscalização com gradação de penalidades como, também, aprimorar o sistema de autorização ICMBio. O convidado expressa a disposição das operadoras de mergulho para colaborar no mapeando de outras áreas de mergulho para diminuir o uso das piscinas já conhecidas. O Convidado também falou que na próxima reunião trará fará apresentação da proposta de forma mais estruturada. O Presidente informa que o Analista ambiental Tadeu, da Apacc, está designado para acompanhar a atividade de mergulho na unidade, e afirma que essa demanda precisa ser apresentada por um conselheiro. O Conselheiro Pedro Luiz informou, também, sobre o conflito socioambiental na Praia do Patacho, onde foram ateados fogo nas palhoças dos pescadores artesanais. O Conselheiro Bruno Stefanis informou, ainda, que os licenciamentos ambientais terão que passar pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente e que como também compõe esse colegiado poderá compartilhar as informações ao Conapacc. O presidente informa que os licenciamentos deverão passar pelo Cepram. O Conselheiro Manoel Pedrosa informa sobre audiência pública em Sirinhaém/PE, em 22 de novembro de 2016, para discutir EIA/RIMA do projeto de construção de um condomínio na praia de Guadalupe, O Conselheiro Paulo informa sobre a navegação de jetskis e voadeiras perto das pedras e da costa, que ocasiona peixes mortos, tartarugas feridas, além de exposição ao perigo dos diversos usuários, no Município de Paripueira. O Presidente informa que existe resolução estadual que define corredores de navegação, e que o Ima tem competência para essa fiscalização, e que o ICMBio também fiscaliza, inclusive faz abordagem educativa e instrui essas pessoas. Também informa que vão ser colocadas bóias de sinalização e placas para ordenar o tráfego. A Conselheira Cidalia informa sobre a questão da invasão depósito de lixo em Paripueira e Sauaçu, e da necessidade de fiscalização, acrescenta que desenvolve trabalho com reciclagem de óleo de cozinha para fazer sabão, e informa que recebe óleo usado e solicita auxílio do Conapacc para divulgação dessa coleta. O Presidente encerra os informes espontâneos.

Aprovação de ajustes na composição do Conselho (Primeiro ponto de pauta): O Conselheiro Ulisses informa alterações na composição do conselho., as quais: Associação Peixe Boi com Osmar; Colônia de Pescadores de Porto de Pedras Z - 25 terá Pedro Luiz como suplente; Cepene terá Leonardo Messias como titular e Fabiano Ribeiro como suplente; Ircos terá que alterar. A Prefeitura de Paripueira e de Barra de Santo Antônio terão que trocar de titular. A Prefeitura de Maragogi terá que trocar o titular.

Apresentação do Projeto "Conhecendo a pesca artesanal (Segundo ponto de pauta): O Conselheiro Fabiano Ribeiro apresentou o Projeto "Gestão Participativa na Apa Costa dos Corais: conhecendo a pesca artesanal". Após apresentação o Conselheiro Mauro Maida questiona sobre o número de agentes que serão contratados e sobre o tempo da contratação desses agentes. O Conselheiro Fabiano informa que serão contratados 30 agentes locais, pescadores, filhos de pescadores, pessoas da comunidade, durante dois meses, período em que coletarão informações sobre a estrutura da pesca artesanal na unidade. O Conselheiro Nogueira perguntou como se dará a capacitação dos pescadores. O Conselheiro Fabiano informou que com a contratação dos 30 agentes locais serão utilizados todos os espaços disponíveis nas localidades da unidade, e esses agentes serão multiplicadores de informações para todas as comunidades pesqueiras. O Conselheiro Waldemar questiona sobre o grau de instrução exigido para a contratação. O Conselheiro Fabiano informa que no mínimo domínio

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Pedro Luiz", "Bruno Stefanis", "Paulo", "Cidalia", "Ulisses", "Fabiano", "Mauro", "Waldemar", and "Nogueira".

da escrita será exigido, mas que a facilidade em comunicação com as pessoas locais será um importante critério. O Conselheiro Pedro Luiz questiona como as comunidades serão envolvidas no processo. O Conselheiro Fabiano informa que o projeto engloba várias atividades e que logo serão realizadas reuniões de mobilização e sensibilização nas comunidades. A Conselheira Carolina Neves se colocou à disposição para repassar programa de pesquisa que é gratuito e pode ser utilizado como aplicativo no celular. O Conselheiro Tsachi recomendou buscar informações secundárias nas localidades em que vão ser realizadas atividades do projeto. A Conselheira Andrea Olinto se colocou como parceira para execução do projeto. O Presidente falou sobre a parceria entre a APACC e o Cepene e sobre a Oficina para Definição de Protocolos e Metodologia do Censo Estrutural da Pesca na APACC que será realizada nos dias 25 e 26 de novembro de 2016.

Moção de apoio ao Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) dos pescadores (Terceiro ponto de pauta): O Conselheiro Severino Antônio apresenta a moção de apoio ao TAUS. Informou que existem processos de TAUS em três comunidades da APACC. Informou que os processos de Várzea do Una e São José da Coroa Grande estão em fase de conclusão dos relatórios finais. Entretanto, segundo o Conselheiro, o processo de Porto de Pedras parou devido ao período eleitoral. O Conselheiro informou que a moção de apoio se refere a esses três processos e que o documento já tinha sido encaminhado para os conselheiros. O Conselheiro Mauro Maida questionou sobre os termos "modos de produção" e "reprodução" contidos no documento. O Conselheiro Severino Antônio respondeu que o termo "produção" se refere à extração de pescados e o termo "reprodução" se refere ao modo de fazer dos pescadores. O Conselheiro Ulisses sugere, então, a troca do termo "reprodução" por "reprodução social" e o Conselheiro Fabiano sugere a troca do termo "produção" por "produção pesqueira". O Conselheiro Bruno informa que se faz necessário o acesso ao documento original para saber mais informações. O Conselheiro Severino Antônio informa que o processo é de acesso restrito às comunidades pesqueiras solicitantes. O Presidente sugere que nos próximos casos subsidiar a discussão com documentos. O Conselheiro Nogueira questiona sobre regularização fundiária e a não comercialização das áreas. O Conselheiro Severino Antônio informa que o instrumento TAUS é precário e não passível de comercialização. Informa, também, que é intransferível. O Conselheiro Manoel, que na reunião sobre zoneamento entendeu o processo e se interessou pelo TAUS e está receptivo a ideia. O Conselheiro Lucas mencionou que no projeto orla as áreas são maiores do que o solicitado, e que as áreas referentes à Abreu do Una e Várzea do Una estão para se tornar UCS. O Conselheiro Luiz informa que o processo é importante, mas que a moção está carente de informações, e que precisaria de mais informações para apoiar a moção. O Conselheiro Pedro se disponibiliza a dar informações sobre a realidade local de Porto de Pedras. O Conselheiro Waldemar informa que as palhoças queimadas e os conflitos territoriais foram os fatores que originaram o processo em Porto de Pedras. O Conselheiro Severino Antônio lembra que o TAUS já é um assunto conhecido pelo Conapacc desde 2014, inclusive já foi documentado e apresentado em reuniões anteriores. O Conselheiro Severino Antônio que muitos impactos ambientais na unidade provém dos empreendimentos. O Conselheiro Fabiano lembra o instrumento TAUS comporta um plano de uso dos territórios que as comunidades deverão construir. O Conselheiro Luiz informou que diante das explicações apoiaria a moção. O Presidente abriu a votação nos seguintes termos: quem é favorável à moção? ou quem é

Severino

Luiz

Severino

Severino

Severino

Severino

Severino

ce

Severino

Severino

Severino

Severino

Severino

Severino

contrário à moção? De modo que vinte e três (23) votaram a favor do apoio à moção, nenhum conselheiro foi contrário ao apoio à moção, e dois conselheiros se abstiveram de votar. Aprovada a moção de apoio ao TAUS.

Informe espontâneo: O Analista Ambiental Marius, da Apacc, apresentou relato do I Seminário de Pesquisa. da Apa Costa dos Corais realizado entre os dias 18 e 21 outubro, no Cepene, Tamandaré, Pernambuco, que teve total de 120 participantes, 50 trabalhos científicos em diferentes áreas, cinco mesas redondas. De acordo com o analista está se compilando os resultados, que logo estarão no site da apacc. O analista destacou a participação Prof. Dra. Yara Noveli, especialista em conservação de manguezais e a participação do Prof. Dr. James Reid, especialista na conservação de peixes-boi. O Presidente falou, de maneira geral, que o seminário foi bem produtivo.

Apresentação e debate sobre os resultado das oficinas do I Seminário de Pesquisa da Apa Costa dos Corais (Quarto ponto de pauta); O Conselheiro Pedro Henrique apresenta o resultado da Oficina "Turismo em ambientes recifais: monitorando o impacto da visitação" realizada no I Seminário de Pesquisa da Apa Costa dos corais. O Conselheiro Luiz fala que esse tipo de monitoramento é importante para todos, pois, ajuda a impedir a destruição do patrimônio natural e comenta que é a favor de um fundo para estruturar esse monitoramento. O Conselheiro Luis questiona se já já existe algum planejamento e se haverá ao longo do anos. O Conselheiro Pedro Henrique informa que já existe o monitoramento, mas que a questão é comparar com lugares não degradados, e que já existe uma base de dados, e o monitoramento é realizado, no mínimo, uma vez por anos. A Conselheira Manuela questiona se o monitoramento é para gerar conhecimento ou se pode esperar resultados para minimizar os impactos. O Conselheiro Pedro Henrique informa que o primeiro passo é entender o que está acontecendo em cada local e depois serão indicadas ações para diminuir os impactos. A Conselheira Teresa Dantas chama a atenção sobre os termos técnicos usados no questionário e sobre as pessoas que vão aplicar os mesmos. O Conselheiro Pedro Henrique informa que o questionário foi um primeiro rascunho, e que os termos vão ser aprimorados, e ainda vai ser decidido quem vai aplicar questionário. A Conselheira Izabel questiona como a secretaria poderia participar no processo. O Presidente informa que a unidade é bastante extensa e que é preciso priorizar os locais a serem monitorados, e que é importante o embasamento com informações técnicas científicas para qualificar as tomadas de decisões no uso dos ambientes. A Conselheira Teresa Dantas disponibiliza a secretaria para apoiar o processo. O Conselheiro João Carlos pondera ao falar de recortes mais estratégicas para tomada decisões mais seguras. Informa que achou o questionário muito subjetivo e que dá margem à interpretação. O Conselheiro Pedro Henrique informa que esse aspecto foi bem conversado, e por isso se pensou em dois protocolos, e acrescenta que do rigor científico para diminuir a variância. O Conselheiro Mauro Maida informa que o seminário de pesquisa teve o intuito de ajudar o ICMBio na gestão da unidade e que o protocolo pode indicar ações, entretanto, as áreas prioritárias indicadas pelo ICMBio. Acrescentou, ainda, da necessidade do monitoramento de longo prazo para ver a capacidade de recuperação dos corais e da urgência de mais áreas protegidas para recuperar os corais. O Conselheiro Pedro Henrique falou do exemplo de Porto de Galinhas como preocupante. O Conselheiro Bruno Stefanis questiona se tem algum aplicativo para ajudar no processo, e se dá para integrar outras iniciativas já existentes na unidade, para não haver duplicidade de esforço. O Conselheiro Waldemar fala que sentiu falta

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Waldemar, Bruno, and others.

de entrevista com pescadores com mergulho. O Conselheiro Pedro Henrique informa que até o momento não tem aplicativo para auxiliar no monitoramento. O Conselheiro Waldemar diz que o impacto é catastrófico e questiona que parâmetros e indicadores irão ser utilizados. O Presidente informa que esse protocolo foi indicado para zona de visitação e por isso não foi pensado nos pescadores subaquáticos. O Conselheiro Pedro Henrique diz que espécies podem ser usadas como bioindicadores. O Conselheiro Luiz diz da preocupação com a atividade de turismo e consequente degradação, mas fala que a degradação não é só do turismo e que essa visão precisa ser modificada. O Conselheiro Pedro Henrique informa que não se quer achar um culpado, mas para entender o que está acontecendo como um processo complexo, e esse conhecimento pode ser vantajoso para o turismo, se se concluir que o turismo não é o maior impactante. O Presidente informa que não é uma caça às bruxas, e sim uma iniciativa para se ter base para tomada de decisões. O Conselheiro Tsachi fala da importância de se analisar outros impactos do turismo como o lixo, e que se tem de ampliar o foco do monitoramento. O Presidente que existem outros protocolos para manguezais, fanerogramas, corais, etc., elaborados pela Rebentos.

Solicitação de abertura do Processo de Ordenamento da Visitação nas piscinas naturais da Zona do Peixe-boi (Quinto ponto de pauta); A Conselheira Carolina Neves informa que o ordenamento da visitação nas piscinas naturais da Zona do Peixe-boi é um desdobramento do projeto desenvolvido com os jangadeiros. Informa, também, que teve essa iniciativa provém de uma reunião com vários atores realizada no I Seminário de Pesquisa da Apa Costa dos Corais. O Presidente informa que recebeu ofício da Colônia de Pescadores de São Miguel dos Milagres solicitando ordenamento de visitação das piscinas. O Presidente lembra da importância de qualificar a participação do jangadeiros no processo de ordenamento dos passeios para piscinas naquela área. Lembra que essa atividade é de base comunitárias, realizada por pequenas jangadas, tem baixo impacto ambiental, e promove inclusão social. De acordo com o Presidente, essa proposta objetiva ordenar o passeio na zona de visitação do peixe boi, sem criar mais zonas e sobreposições, considerando que qualquer alteração no plano de manejo gera muita discussão. O Presidente informa que será realizada uma avaliação ecológica rápida e que as autorizações serão feitas pelo ICMBio. O Conselheiro Eduardo que primeiro se faça a avaliação e depois se discute a questão. O Presidente informa que o objetivo é de dar ciência ao conselho sobre essa iniciativa. O Conselheiro Nogueira parabeniza a iniciativa e acredita que esse é o modelo de turismo ideal para região, pois, favorece as comunidades, e que se tem de regulamentar para que não haja desvirtuamento. O Sr. Regis, Presidente da Associação de Jangadeiros de São Miguel dos Milagres, questiona se a avaliação é para agora. O Presidente informa que as reuniões deverão acontecer em janeiro e fevereiro de 2016. O Sr. Regis solicita fiscalização na área, e diz que têm muitas jangadas na água sem nenhum controle. A Sra. Teresa diz que a idéia é ótima, pois há vários fatores preocupantes como crianças e adolescentes disputando os passeios. O Conselheiro Ulisses diz que espera que o Conapac aprovasse essa proposta para se iniciar esse processo, pois não haverá alteração no plano de manejo, e já é conhecida a dinâmica dessa atividade. O Conselheiro diz que a avaliação ecológica rápida poderá trazer resultados para se aprovar essa proposta, e se o conselho estiver de acordo agiliza-se o processo. O Presidente esclarece que essa proposta se refere a Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres. O Conselheiro Pedro Luiz fala da relação entre o pescador e o turismo, e acha importante a proposta. A Conselheira

199
Teresa

199
Teresa

199

Carolina Neves que projeto com jangadeiros teve como objetivo a capacitação dos jangadeiros para a atividade turística, e que a partir do ordenamento deverão acontecer capacitações contínuas. O Presidente informa que as jangadas terão que ter licenças para transportar passageiros. O Presidente encaminha a decisão, de modo que vinte e seis foram a favor.; dois conselheiros se abstiveram; e nenhum conselheiro foi contrário à realização da avaliação.

Discussão sobre Portaria de Uso Público de Japaratinga (Sexto ponto de pauta): O Presidente informa que no início de 2014 o Município de Japaratinga publicou Portaria para o ordenamento do uso público, e que a Apacc colocou alguns condicionantes como a criação do Comdema, a realização de avaliação ecológica rápida, realização de reuniões de sensibilização, diagnóstico da atividade pesqueira no ambiente recifal, e consultas públicas. De acordo com o Presidente, em 2016, uma proposta foi encaminhada para o ICMBio para criação de uma Zona de Preservação da Vida Marinha e uma Zona de Visitação da Vida Marinha, totalizando 10 meses de processo. E em abril de 2016, de acordo com o Presidente, foram sugeridas alterações no Plano de Manejo. O Presidente informa sobre a publicação da Portaria No. 95 que cria as duas zonas, e que agora se faz necessário o processo de regulação da Zona de Visitação do Picão, e para isso necessita-se avaliar minuta de portaria de regulação com ciência do Conapac. O Conselheiro Nogueira fala da urgência dessa portaria de regulação, e que já existe conturbação política local. O Conselheiro Mauro questiona que tipos de barcos terão acesso à visitação e se está prevista estratégia de limitação de novos empreendimentos. O Presidente diz que a gestão da unidade tem ciência da urgência dessa regulação e que tem algumas regras que já estão valendo, mas o que não está definido é a quantidade de embarcações. De acordo com o Presidente, há problemas com desrespeito das regras em Japaratinga, e que tem-se que regularizar os alvarás e a sinalização para para gradualmente implementar a zona. O Presidente diz que não se tem como regular o mercado e que o rodízio pode ser com 2 ou 100 embarcações, para o ICMBio é a capacidade de suporte que está sob sua governança. O Conselheiro Mauro diz que em Maragogi ocorreu abertura de novas áreas para visitação e que não houve avanço na criação de áreas de pesca. O Presidente diz que o mecanismo se resume a capacidade de suporte e que muitas vezes a chefia da unidade fica sem como atuar diante das pressões. O Conselheiro Ulisses diz que deve-se ter cuidado com os conflitos políticos, e se tentar trabalhar juntos para resolver os alvarás tem que ser emitidos pelo município, e que tem-se que fazer discussão no decorrer do processo. O Conselheiro Waldemar diz da preocupação com o aumento da pressão para espaços de visitação e da, conseqüente, diminuição das áreas a pesca, podendo agravar conflitos locais. O Conselheiro Itashi sugere envio de convites para todos Prefeitos eleitos conhecerem o Conapacc, pois, segundo o conselheiro, a maioria não tem idéia da existência da Apacc. O Presidente diz a gestão da unidade se preocupa com essa desigualdade da pesca frente ao turismo. O Conselheiro Waldemar diz que está se criando regra no meio do jogo, e têm-se que equalizar o poder entre os diversos atores. O Presidente informa que o Plano de Manejo tem essa função. O Conselheiro Waldemar informa que é preciso que quantitativo de áreas tenha limite. O Conselheiro Ulisses diz que esse quantitativo não é agente que estabelece, e que a realidade é dinâmica, e que o quantitativo tem que ser definido por critérios técnicos via conselho, e consiste num processo político e econômico. O Conselheiro Severino Antonio informa que Maragogi tem maior no de áreas de visitação, e que foi solicitada mais uma em São Bento, com o discurso de que os pescadores artesanais estão migrando para o turismo. O Conselheiro

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Lubiano" and "Severino Antonio".

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the name "Ulisses" and other illegible marks.

Severino acrescenta que no Conapacc estão representadas sete Colônias de Pescadores e que esses representantes não estão discutindo áreas de pesca, com risco de ocorrer o que ocorreu em Maragogi. O Conselheiro Luiz sugere bases científicas para dizer o quanto pode e o quanto não pode. O Conselheiro Mauro diz que independente do conhecimento científico governo tem por obrigação considerar o princípio da precaução, e quem quer criar novas áreas que prove sua sustentabilidade. O Conselheiro Bruno diz que o dever de se provar a sustentabilidade é do interessado, e que o alvará é competência do município.

Aprovação do Plano de Ação 2017 do Conapac (Sétimo ponto de pauta): O Presidente fala que o planejamento estratégico da unidade comportou diferentes projetos e diversas demandas para os próximos cinco anos. Esse planejamento, de acordo com o presidente, aconteceu em momentos pre-oficina, oficina, pós-oficina, e que a metodologia utilizada foi o Balanced Score Card. Diz o Presidente que o plano estratégico é o que a gestão está impondo a si mesma, e a visão de futuro compreende o zoneamento costeiro e marinho, de forma participativa, e que é reconhecida pelos beneficiários da unidade. O Conselheiro Itashi falou que o planejamento está bem completo, mas falta conhecimento da população sobre a Apacc, e muitas vezes o pessoal que trabalha com turismo não sabe sobre a unidade, e que hoje a Apacc já está bem mais estruturada e pode estabelecer parcerias com outros órgão para fiscalização. O Conselheiro Bruno questiona se a Apacc deverá participar de todos conselhos municipais. O Presidente diz que é complicado abrir discussão do planejamento para pessoas que não participaram o processo, mas que acha importante dar ciência ao conselho sobre as estratégias de planejamento que a gestão está adotando, e informa que a meta é de a gestão da unidade participar de todos os comdemas, como rever todas as leis de criação dos comdemas. O Presidente informa que fiscalização integrada já está sendo realizada, pagando diária e transportando equipes de outros órgãos, e que a fiscalização quanto mais se faz mais aparece demanda. O Conselheiro João questiona se fizeram escolha de sistema de planejamento estratégico, e diz que PSC é muito bom, pois engloba duas grandezas: plano estratégico e plano operacional, e mescla duas abordagens. O Conselheiro João diz que é importante definir qual documento orientador, qual indicadores micro, pois esses devem se articular com a missão. O Presidente agradece às contribuições, e diz que vai avaliar. O Presidente acrescenta que a para integridade dos habitats é complexo escolher indicadores. O Conselheiro João diz que diferentes instrumentos para planejar é difícil. O Conselheiro Waldemar fala do aumento pesca predatória com compressor e questiona sobre aquisição de embarcação para fiscalização. O Presidente informa que está quase finalizando o plano de proteção, e que a pesca de compressor, pesca de rede, estão no âmbito da proteção da Apacc, e que o processo de aquisição da embarcação já tem um ano. O Conselheiro Nogueira sugere reuniões com a Polícia Militar e Polícia Ambiental para acordos de cooperação. O Conselheiro Luiz parabeniza o planejamento e cita divulgação da comunicação pelo aplicativo. O Presidente fala dos esforços realizados para cooperação com o Governo do Estado para envolver o Batalhão de Polícia Ambiental, e que os avanços da gestão se deve ao cenário promissor que herdou, e que a gestão atual está dando continuidade ao trabalho.

Aprovação do Plano de Ação 2017 do Conapac (Oitavo ponto de pauta): O Conselheiro Ulisses informa que, em 2016, foi cumprido todo o plano de ação previsto e a avaliação foi enviada para os endereços eletrônicos dos conselheiros. De acordo com o Conselheiro Ulisses para o fim do planejamento de 2016 restam os intercâmbios, e faltam 2 pessoas a serem indicadas

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Luiz", "Bruno", "João", "Waldemar", "Nogueira", "Ulisses", and "Severino".

pela Câmara Temática de Turismo, e que com a realização desse intercâmbio se encerra o ciclo de 2016. O Conselheiro informa que o Plano de Ação 2017 (ANEXO) é mais suave, com três reuniões ordinárias as quais: 09/03 em Porto Calvo, no Mangazal; 13/07 em Ipioca; e 09/11 em São Miguel dos Milagres. De acordo com o Conselheiro está previsto, no plano, e aprovado dez reuniões para Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho com dez pessoas cada, e aprovado intercâmbio internacional, com previsão de dois conselheiros. Informa ainda o Conselheiro que capacitação continuada não tem previsão, e a revisão do Plano de Manejo está prevista para 2018, e que o Funbio, no período de 21 a 24 abrirá edital para 4 bolsistas pesquisadores, um doutor para trabalhar como avaliações de zoneamentos e protocolos, um mestre para trabalhar com gestão socioambiental, e dois graduados. O Presidente informa que ainda está em alinhamento com coordenação em Brasília sobre a revisão do plano manejo. O Conselheiro Ulisses informa que Projeto Terramar se inicia em 2017, e que os conselheiros estarão sendo chamados para capacitação. O Plano de Ação foi aprovado. A Convidada Beatriz Mesquita, da Fundaj, pede a palavra e agradece o apoio que a APACC prestou na sua pesquisa de doutorado, e entregou cópia da pesquisa de doutorado impressa à gestão da apa. O Conselheiro Ulisses sugere que a pesquisadora Beatriz apresente seu trabalho na próxima reunião, de modo que a pesquisadora concorda. O Presidente agradece a todos a e encerra a reunião à 16h55min.

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials scattered across the bottom half of the page]

ANEXO: PLANO DE AÇÃO DO CONAPAC 2017

O QUE?	COMO?	COM QUEM CONTAMOS	QUANDO E ONDE?	FORMAS DE MONITORAME NTO E AVALIAÇÃO
CAPACITAÇÃO CONTINUADA	Promover a construção coletiva do conhecimento e a troca de experiências	Integração com ações do Projeto Terramar e com processo de revisão do plano de man	A definir	% de participação dos conselheiros; questionário de avaliação de satisfação e

				aprendizado
REUNIÕES PLENÁRIAS	Realizar 3 reuniões ordinárias	Presidência e Secretaria do CONAPAC, apoio logístico-administrativo da equipe da APACC, recurso Projeto Toyota APA Costa dos Corais	<p>22ª Reunião (ordinária): 09/03/17, Porto Calvo (Mangazala)</p> <p>23ª Reunião (ordinária): 13/07/17, Ipioca (Maceió)</p> <p>24ª Reunião (ordinária): 09/11/17, SMM</p>	% de participação nos assentos e nº de conselheiros titulares e suplentes presentes; questionário de avaliação aplicado aos conselheiros titulares/suplente e gestores
REUNIÕES DAS CT'S E GT'S	Garantir a aprofundamento técnico dos conselheiros na elaboração de propostas e pareceres para a gestão da UC, a partir do funcionamento das CT's e GT's	Coordenação das CT's, Presidência e Secretaria, equipe da APACC, apoio do Programa GEF-Mar, para 10 reuniões com 10 pessoas cada	Realização de reuniões das CT's conforme demandas da plenária e planejamento específico das CT's e GT's	nº demandas encaminhadas X nº de propostas apresentadas ao Conselho
INTERCÂMBIO	Encaminhar 2 conselheiros para conhecer experiências de gestão exitosas UC's de outros países (indicativo: abordagem dos serviços ecossistêmicos)	Presidência, equipe da APACC, apoio do Projeto Toyota APA Costa dos Corais	A definir	questionário de avaliação de satisfação e aprendizado

	e gestão do turismo no México.			
--	--------------------------------------	--	--	--

Aprovação da Memória da 21ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data:09/03/2017 Local: Maragogi/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
1	Gestão Publica	APACC	Tamandaré	Iran Campello Normande	Titular
				José Ulisses dos Santos	Suplente
2	Gestão Publica	IBAMA/AL	Maceió	Rivaldo Couto dos Santos Junior	Titular
				Marcelo Bastos Françaço	Suplente
3	Gestão Publica	SPU/AL	Maceió	Juliana Dias Viana Silva	Titular
				Rafael Tavares de Lira	Suplente
4	Gestão Publica	SEMARH	Maceió	Carlos Eduardo Gomes Barreto	Titular
				Mateus Gonzalez	Suplente
5	Gestão Publica	IMA	Maceió	Pedro Normande	Titular
				Ermi Ferrari	Suplente
6	Gestão Publica	SEDETUR AL	Maceió	Thereza Christina Dantas	Titular
				Francis Hurst Oliveira da Fonseca	Suplente
7	Gestão Publica	SEMAS	Recife	Andrea Olinto	Titular
				Giannina Cysneiros Bezerra	Suplente
8	Gestão Publica	CPRH	Tamandaré	Samanta Della Bella	Titular
				Joany Deodato da Silva	Suplente
9	Gestão Publica	PMTam	Tamandaré	Manoel Alexandre Pedrosa	Titular
				Anderson da Silva Santos	Suplente

Aprovação da Memória da 21ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data:09/03/2017 Local: Maragogi/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
10	Gestão Publica	PMMaragogi /PMPAr	Maragogi	Fernando Sérgio Lira Neto	Titular
				Antonia Amorim Alves	Suplente
11	Gestão Publica	SEMA/PMSJ CG	São José da Coroa Grande	Lucas Silveira França de Araújo	Titular
				Nelson Sena Filho	Suplente
12	Gestão Publica	SAP PMPC	Passo de Camaragibe	Izabel Cristina Chagas	Titular
				Lisanildo dos Santos	Suplente
13	Pesquisa Científica	PPB/ICMBO	Recife	Fernanda Loffer Niemeyer Attademo	Titular
				Fábio Adonis Cunha	Suplente
14	Pesquisa Científica	UFRPE	Recife	Rosângela Paula Teixeira Lessa	Titular
				Karine Matos Magalhães	Suplente
15	Pesquisa Científica	UFPE	Tamandaré	Mauro Maida	Titular
				Tereza Cristina Medeiros de Araújo	Suplente
16	Pesquisa Científica	PPGSHMA/UFPE	Vitória de Santo Antão	Pedro Henrique Cipresso Pereira	Titular
				Marcus vinicius Bezerra	Suplente
17	Pesquisa Científica	UFAL	Maceió	Vandick da Silva Batista	Titular
				Cláudio Sampaio	Suplente
18	Pesquisa Científica	CEPENE/ICMBIO	Tamandaré	Leonardo Tortoriello Messias	Titular
				Fabiano Pimentel Ribeiro	Suplente

Aprovação da Memória da 21ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data:09/03/2017 Local: Maragogi/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Sector	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
19	Pesquisa Científica	IFAL	Maragogi	Manuela de Almeida Rocha Kaspary	Titular
				Joab Gomes de Melo	Suplente
20	Pesquisa Científica	FUNDAJ	Recife	Beatriz Mesquita Jardim Barbosa	Titular
				Ligia Albuquerque de Melo	Suplente
21	Agricultura, Industria e Comércio	UNIPROPO LIS	Maceió	Diego da Silva Santos	Titular
				Mário Calheiros de Lima	Suplente
22	Agricultura, Industria e Comércio	ABIH AL	Maceió	Marcelo Marques da Costa	Titular
				Maria Tereza Domingues Bandeira	Suplente
23	Atividade Pesqueira	Z-9	São José da Coroa Grande	Enilde Lima Oliveira	Titular
				Cícero José dos Santos	Suplente
24	Atividade Pesqueira	Z-25	Porto de Pedras	João Amaral dos Santos	Titular
				Pedro Luiz da Silva	Suplente
25	Atividade Pesqueira	Z-21/Z14	Paripuera	Benaldo do Nascimento Barros	Titular
				Paulo Amaro da Silva	Suplente
26	Atividade Pesqueira	Z-11	São Miguel dos Milagres	Waldemar Rolim Lacerda Junior	Titular
				José Marques da Costa Filho	Suplente
27	Atividade Pesqueira	CPP	Olinda	Severino Antonio dos Santos	Titular
				Laurineide Maria Vieira de Carvalho	Suplente

Aprovação da Memória da 21ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data:09/03/2017 Local: Maragogi/AL
 Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
28	Atividade Pesqueira	Z-5	Tamandaré	Severino Ramos dos Santos	Titular <i>Severino Ramos dos Santos</i>
				Jancirleide Maria da Silva	Suplente
29	Atividade Turística	CCCVB	Maragogi	Luis Claudio Gonçalves Melo	Titular <i>Luis Claudio Gonçalves Melo</i>
				João Cândido Nogueira	Suplente
30	Atividade Turística	AMITUS	São Miguel dos Milagres	Ana Paula de Moura Souza	Titular <i>Ana Paula de Moura Souza</i>
				José Veloso da Silva	Suplente
31	Atividade Turística	SINGTUR-AL/IABS	Maceió	Alexandre Henrique da Rocha Dantas	Titular <i>Alexandre Henrique da Rocha Dantas</i>
				Daniela Virtuoso dos Santos	Suplente
32	Atividade Turística	AOMM/APC M	Maragogi	Murilo Loureiro Silva Sobrinho	Titular <i>Murilo B. de S. Sobrinho</i>
				Farid Aoun Daher	Suplente
33	Atividade Turística	APB	Porto de Pedras	José Ismar Lima de Carvalho	Titular <i>José Ismar Lima de Carvalho</i>
				Tertuliana Flávia Cavalcante do Rêgo	Suplente
34	Atividade Turística	ARIBAMA/A JCSMM	Porto de Pedras	Ana da Dores Albuquerque Verçosa	Titular
				José Reginaldo da Silva	Suplente <i>José Reginaldo da Silva</i>
35	Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária	AMORDAG/ABEVILA	Maceió	Cidalia Silva Santos	Titular
				Teófilo Carlos de Albuquerque Filho	Suplente <i>Teófilo Carlos de Albuquerque Filho</i>
36	Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária	YANDE	São Miguel dos Milagres	Carolina Neves Souza	Titular <i>Carolina Neves Souza</i>
				Tsachi Greenhut	Suplente

Aprovação da Memória da 21ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data:09/03/2017 Local: Maragogi/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
37	Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária	ISSLNM	Maceió	Jurandir Dias de Araújo ----- André Vieira de Paula	Titular  ----- Suplente
38	Órgãos Ambientistas e de Pesquisa	FMA/IBB	Recife	João Carlos Gomes Borges ----- Clemente Coelho Junior	Titular ----- Suplente
39	Órgãos Ambientistas e de Pesquisa	IRCOS	Tamandaré	Sérgio Magalhães Rezende ----- Alberto da Silva Santos	Titular ----- Suplente
40	Órgãos Ambientistas e de Pesquisa	BIOTA-AL	Maceió	Bruno Stefanis S. Pereira de Oliveira. ----- Erivânia Araújo da Silva Stefanis	Titular  ----- Suplente